



## **PADRE JOSIMO TAVARES, UM HOMEM PARA AS MULHERES?**

### ***FATHER JOSIMO TAVARES, A MAN FOR WOMEN?***

Gleys Ially Ramos<sup>52</sup>

#### **ABSTRACT**

The epicenter of the article is the phenomenon of the mobilization of thousands of women by Father Josimo Tavares - man, poor, black and priest - during the pilgrimage (non-priestly) against the clear social ills in the Amazon region of Bico do Papagaio. The priest faced the various typical violence of the (still) open wound of the Brazilian agrarian question of which he was fatally victimized in 1986. The continuity of this movement is analyzed by post-structuralist and decolonial perspectives, as an essay of intersectionality and dialectics.

#### **RESUMO**

O epicentro do artigo é o fenômeno da mobilização de milhares de mulheres pelo Padre Josimo Tavares - homem, pobre, preto e sacerdote - durante a peregrinação (não sacerdotal) contra as mazelas sociais nítidas na Região amazônica do Bico do Papagaio. O sacerdote enfrentou as diversas violências típicas da (ainda) ferida aberta da questão agrária brasileira do qual foi vítima fatal em 1986. A continuidade desse movimento é analisada por perspectivas pós-estruturalistas e decoloniais, como um ensaio da interseccionalidade e da dialética.

#### **KEYWORDS**

Father Josimo Tavares; Feminisms; Intersectionality

#### **PALAVRAS-CHAVE**

Padra Josimo Tavares; Feminismos; Interseccionalidade

#### **Introdução**

##### **Como chegamos até aqui...**

Quem é esse menino negro  
Que desafia limites?  
Apenas um homem  
Sandálias surradas  
Paciência e indignação  
Riso alvo  
Mel noturno  
Sorriso irrecusável.  
Lutou contra as cercas  
Todas as cercas.  
As cercas do medo

---

<sup>52</sup> Doutora em Geografia, Universidade Federal do Tocantins: gleys.genero@gmail.com



As cercas do ódio  
As cercas da fome  
As cercas do corpo  
As cercas do latifúndio.  
Trago na palma da mão  
Um punhado de terra  
Que te cobriu  
Está fresca.  
É morena mas ainda não  
É livre como querias.  
(Poema Padre Josimo – Pedro Tierra)

A realidade não cede à teoria. Ainda assim, iniciaremos aqui um debate de cunho epistemológico, mas não só pautado estritamente sobre o mesmo. Essa é (talvez) uma tentativa de deslocar a geografia da razão que se “cartografiza” similar à forma como se espacializa as tomadas de decisões, ou as produções de conhecimentos validadas científico e institucionalmente.

Assim, alguns dos aspectos que se apresentam diante disso, são as possibilidades de constatações, onde, em geral, aquilo que pensávamos ser de tal maneira, não o é, podendo apresentar inclusive, outras possibilidades, outras formas, outras manifestações, ou, outros, outros.

Como afirma Tomaz Tadeu da Silva, “o outro é outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente” (SILVA, 2008, p. 97).

Quase sempre a aceitação do outro e, das possibilidades que este nos oferta, podem ser complicadas, pois aceitar que o outro também é conhecimento e admitir que, o caminho por nós escolhido, nem sempre possibilita a chegada ao conhecimento, não é deveras, uma tarefa fácil. Mas é preciso caminhar, ainda que não se conheça, precisamente o caminho.

Dito isso, foi a partir dessa constatação que lançamos nossas análises sobre os estudos de Gênero na Geografia. E partindo dessa premissa, tivemos a mesma percepção de Porto-Gonçalves (2003, p.375) “de que vivemos um período de mudança na ordem de significações; vivê-lo é viver uma circunstância de incertezas e, ao mesmo tempo, de oportunidades”. Logo, a sensação é de que nos foi tirado o chão de nossas referências, essa



sensação de insegurança nos impele com muita frequência, a nos apegar aos valores do passado que, de certa forma, nos oferecem conforto, o conforto do que nos é familiar, posto que conhecido.

Para as/os cientistas, isso ocorre, quando nos escapa dos pés, o chão epistemológico. Voltamos a esse debate porque, procuramos um possível diálogo entre noções de espaço, gênero e poder e alguns campos de críticas – neste trabalho, representadas pelas críticas feministas, pós e de-coloniais – com as articulações de gênero, raça e classe. Ou seja, procuramos intersecções.

Essa intersecção tão necessária para adentrarmos dimensões da realidade a qual, outras análises ou perspectivas não adentraram, seja por não tomarem por crivo os sujeitos sociais e suas múltiplas facetas, seja por uma não capacidade metodológica que se queira profunda, será essa a que pretendemos aqui.

O conceito ante essencialista da perspectiva interseccional, isto é, para se apresentar uma visão mais consentânea com a realidade é necessário fazer a intersecção de categorias como gênero, com outras categorias explicativas das relações sociais. Assim, reconhece-se a diferença e a diversidade entre os sujeitos como, por exemplo, as mulheres que são vistas como possuindo identidades complexas, combinam diferentes elementos, tais como classe, raça, gênero ou sexualidade, entre outros (BRANCO, 2008). Essa interseccionalidade de categorias deve vir acompanhada de uma intencionalidade de se interseccionar também, críticas e teorias.

Escolhi as críticas feministas, pós e de-coloniais por entender que as mesmas, culminam, não apenas para “novos” olhares sobre a realidade espacial, a partir do cotidiano, como procuram concomitantemente, uma reavaliação epistemológica que contemple outros saberes que não especificamente o científico, procurando mecanismos que ouçam as vozes de quem historicamente foi negado a fala.

Essa escolha tem justificativas semelhantes às de Rago (1998), de que o Feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Principalmente, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, uma experiência que várias



já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contra discurso, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico.

Recorri também, as contribuições do pós-estruturalismo para a intersecção de categorias, sobretudo aquelas consideradas geográficas. No pós-estruturalismo, a procura foi por uma abordagem que tentasse superar as dicotomias tão presentes na ciência geográfica, possibilitando pistas de como pensar o espaço a partir das relações de gênero, ou como entender essas relações a partir do espaço. E como pensar esse espaço sob uma perspectiva feminista.

Portanto, foi necessário entender, epistemologicamente, os caminhos a percorrer, pois concordando com Massey (2009) que, de qualquer forma, nossas imaginações de espaço estão seriamente reduzidas, e os estudos de gênero, podem se tornar uma possibilidade de ampliá-las. Logo, o feminismo além de movimentar a sociedade, também dinamizará a ciência e seu modo de produzir conhecimentos e transformações.

Ao pensar as teorias para além dos cânones, a compreensão de que ao separar as categorias, na verdade, estávamos fragmentando as análises sobre as mesmas e, sobre o espaço. Logo, apesar das críticas levantadas, estaríamos trilhando os mesmos caminhos. Por isso essa abordagem requer outra interação entre métodos diversos e “tato” nas pesquisas, sobretudo, naquelas que nos levam a um denso trabalho de campo.

Para Narvaz e Koller (2006), não é mais possível, destarte, dissociar teoria e método, tampouco negligenciar os aspectos epistemológicos, ideológicos e éticos envolvidos na escolha de um paradigma de pesquisa. Torna-se cada vez mais importante conhecer os implícitos da abordagem eleita, uma vez que este tem importantes implicações práticas na condução da investigação.

É necessário, assumir que tais escolhas é um ato político, há um posicionamento, ou a pretensão de um, mesmo em se tratando de escolhas de métodos, teorias, epistemologias que fundamentam o empreendimento de pesquisa. Ressaltando que toda atividade humana é política. Há uma dimensão ontológica feminista.



A proposta de Narvaz & Koller (2006) é que assumamos os aspectos políticos-ideológicos inerentes às nossas práticas. Quer na pesquisa, quer na academia, uma vez que estes aspectos têm sido comumente negligenciados ou mesmo recusados, sob a ideológica pretensão de neutralidade e objetividade.

Para Harding (1991), tal recusa de posicionamentos pode ser compreendida como uma estratégia das elites brancas masculinas e burguesas (que geralmente detêm a hegemonia dos espaços de poder-saber), tentando evitar a responsabilidade sobre as motivações e sobre as consequências dos saberes produzidos, o que não só as feministas, mas também movimentos pacifistas, antirracistas e anti-imperialistas, entre outros, têm ousado, há muito, questionar e denunciar.

Não é demais reafirmar que os principais pontos da crítica feminista à ciência incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista: o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença.

Ou como Rago (1998, p. 4) insiste em afirmar, “pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco/heterossexual/civilizado/do Primeiro Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência”.

Nas concepções de Silva (2003, p.32) ao contemplar a perspectiva da construção social do pensamento científico, considera-se que são os sujeitos sociais os criadores de teorias e, portanto, elas estão atreladas a um determinado contexto histórico e a recursos de interpretação disponíveis aos pesquisadores.

Seguindo o raciocínio da crítica feminista, é preciso muito mais do que lançar crítica ao modelo de se fazer ciência. Faz-se necessário ocupar os espaços tomados/negligenciados em todos os campos científicos. Esse deve ser o primeiro passo para que as críticas feministas e os estudos de gênero tenham significado.

Lembremos também de Foucault, ao longo de seus postulados sobre dominação, afirmando várias vezes que as críticas que fragilizam as estruturas, como as perspectivas feminista, evidenciam as relações de poder constitutivas da produção dos saberes. E reavaliam as formas como fomos ensinados a ver os objetos de cada ciência.



Do ponto de vista geográfico, o espaço não é somente palco. É constituinte, produto e produtor das relações sociais e de poder. E onde há poder, certamente haverá resistências, há desarticulações e essas reproduções não aparecem de formas isoladas, ou separadas. Há uma aparente organização, dentro das desarticulações entre poder e resistência. Para Massey (2009, p. 75) é dentro dessa desarticulação, desse desacordo, “do argumento de uma democracia radical (não dessa democracia articulada) que uma linha pode ser retirada para desenvolver novos pensamentos”.

Assim, após essas investidas, os movimentos feministas conseguiram colocar sob evidência algumas de suas teorias, vindo a ganhar força, principalmente, nas ciências sociais. Muito embora, algumas dessas ciências ainda não tivessem admitido a força de um conhecimento advindo de movimentos, ou daqueles que tomassem o cotidiano como forma de ver e pensar o mundo. Feministas como Branco (2008, p. 22), há tempos vinham afirmando em suas análises que, “as desigualdades que vão sendo geradas na sociedade teriam a ver com a forma como as relações de poder são definidas e (mal) distribuídas, encontrando-se as mesmas, sexualizadas como domínio e subordinação”.

Do mesmo modo, as teóricas feministas propuseram não apenas que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas. Como se vê, a categoria gênero encontrou um terreno absolutamente favorável para ser abrigada, já que desnaturaliza as identidades e postula a dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças (RAGO, 1998).

Nesse sentido, a categoria gênero apresenta-se como um importante aporte para análise social. Todavia, essa categoria sofre ainda as mesmas negações que as teorias que a ratifica, sofrem. As investidas são várias, mas pesa, principalmente, a de uma parcialidade científica, que segundo suas/seus estudiosas/os, persegue essa categoria fazendo parecer que esta, segue na ciência, de maneira isolada, ou mesmo, solta. Ou a de uma forma de fazer uma ciência “apaixonada”. Entretanto, isso se deve, entre alguns aspectos, ao que foi supracitado no início deste debate, à falta de entendimento (e de interesse) sobre o que vem a ser gênero e suas possibilidades de análise.

### **Quando passamos de Gênero para o(s) Feminismo(s)?**



A categoria gênero como categoria analítica é um conceito social, isto é, o produto das relações sociais. Mas aquilo que significa ser homem ou ser mulher varia ao longo do tempo e do espaço, ou como afirma Branco (2008), pelo que se tornou muito mais importante averiguar os modos como masculinidades e feminilidades são construídas tendo em conta o sujeito individual, ao invés de perspectivar a categoria de gênero como um conjunto de papéis nos quais as pessoas são socializadas.

De acordo com Rago (1998, p. 07-08), é na luta pela visibilidade da “questão feminina”, pela conquista e ampliação dos seus direitos específicos, que nasce um contradiscurso feminista e que se constitui um campo feminista do conhecimento. É a partir de uma luta política que nasce uma linguagem feminista que busca interagir e dialogar com as demais categorias.

Buscando elucidar como gênero se insere no espaço acadêmico e científico, evidencia-se que tal categoria não só dialoga com outras categorias, como é elo entre outras ciências, fazendo também intersecção de conhecimento para estudos que também são considerados subalternos. Isto é, ela transcende a um só campo, uma só discussão, uma só análise, uma só ciência.

Nas proposições teóricas contemporâneas há uma negação ao binarismo, das dualidades impostas, das dicotomias que preponderam sobre as categorias e noções. Em contrapartida, entende-se que o mundo foi dividido em grupos, que se caracterizam pelos grupos que mandam e os grupos que obedecem. No caso das relações de gênero, quem sempre deve obedecer são as mulheres, ou aqueles que não se enquadram na divisão sexual imposta socialmente.

De acordo com esta concepção, o mundo está dividido em dois principais grupos. Um deles exerce poder sobre o outro, por exemplo, o grupo dos homens exerce poder sobre o grupo das mulheres, aparecendo a categoria ‘gênero’ como um eixo de diferenciação social, que permite explicar as relações de poder que se estabelecem entre ambos os grupos e o papel de subordinação que tem sido atribuído ao longo dos tempos às mulheres. Devido a isso, existem, academicamente, várias correntes feministas que constroem os seus discursos com base na categoria de gênero (BRANCO, 2008).



Apenas quando nos permitimos abrir para os debates e análises das críticas voltadas para “o fazer ciência”, foi que, tardiamente, entendemos que os movimentos críticos da ciência querem muito mais do que inserir suas categorias de análises. Eles também buscam enfatizar que há um diálogo entre as várias formas de se fazer ciência, pois há um diálogo entre as categorias de análises, ou seja, elas não caminham isoladamente e tampouco precisam ser separadas para existirem.

O ponto de partida para esse entendimento foi ressaltar a adesão a uma ontologia feminista de leitura das relações sociais, que pensa a categoria gênero, como uma importante ferramenta de explicitação e de transformação das relações de poder entre os seres humanos (MACÊDO, 2008, p. 27).

A categoria gênero se apresenta como uma categoria que necessita construir outros caminhos teórico-metodológicos, muito além da sua “simples” utilização como conceito básico para entender a sujeição das mulheres, ou as divergências sobre sexualidades. Isto é, as contribuições de gênero vão além da sua elucidação conceitual.

É verdade que a situação das mulheres melhorou, paulatinamente, durante o século XX e muitos direitos foram conquistados. Todavia o percurso ainda não está completo, pois há diferenças sociais significativas entre as mulheres, o que faz com que o reconhecimento e o exercício dos seus direitos sejam desiguais. A luta inicial serviu para fomentar a busca para se alcançar a igualdade social, política, educacional, jurídica e econômica entre homens e mulheres, enquanto que no final do século XX e início do século XXI, se concretiza uma reivindicação do reconhecimento político e jurídico da diferença e das identidades particulares. Isto é, do gênero passa-se à intersecção.

Na afirmação de Rago (1998), sem dúvida alguma, há um aporte feminino/feminista específico, diferenciador, energizante, libertário, que rompe com um enquadramento conceitual normativo de Gênero. Talvez, daí mesmo, a dificuldade de situar o campo da epistemologia feminista, mas que é compreensível à medida que se relaciona com outras categorias, e que intervém/interage nos mais diversos campos científicos. Em suma, uma perspectiva feminista resulta de uma análise interseccional.

Tal premissa, deixa evidente que alguns dos elementos que subsidiam os estudos de gênero a partir da interseccionalidade, surgiram dos próprios questionamentos às análises



feministas feitas até então. Três delas foram suficientes para justificar análises que não só levasse em conta a categoria gênero, mas o contexto social, o lugar e tempo de referência, e os sujeitos

1) A primeira diz respeito às críticas que partiram, principalmente, das mulheres negras norte americanas, alegando que a visão apresentada pelas feministas era racista e etnocêntrica, pois apresentava a experiência de mulheres brancas, ocidentais e de classe média, para algumas, um discurso particular e com profundidade na retórica da família e dos arranjos familiares das mulheres brancas e com limites de um debate universal;

2) A celebração e exaltação da diferença sexual pelas mulheres, fazendo ressurgir o debate sobre igualdade e diferença (Igualdade & Diferença) trouxe à tona também, a dificuldade em se debater a temática fora dos movimentos. O que torna nossa análise aqui, complexa. É fundamental pontuar a contribuição das feministas negras e das mulheres pertencentes a grupos subordinados no mundo contemporâneo para o estabelecimento de um debate, cada vez mais refinado em termos de uma capacidade analítica de refletir os processos de constituição da identidade dos sujeitos.

3) Com o surgimento de novas correntes feministas (fora do âmbito europeu) rompendo com as teorias tradicionais, buscou-se com isso trazer a realidade de cada espaço, ao mesmo tempo, tentando construí-las a partir de outras perspectivas, de forma a reconhecer a diferença e a diversidade entre as mulheres, refletindo com diferentes elementos tais como classe, raça, gênero e sexualidade, entre outros.

O desenvolvimento dessa crítica terminou por favorecer a formulação de novos referenciais para a constituição de uma epistemologia feminista plural, que não abandona a necessária dimensão da luta política pela transformação das relações sociais regidas pelas hierarquias de gênero – que tem no sujeito mulher um elemento chave para o processo de superação da opressão –, mas que questiona qualquer postura essencialista em torno de uma “identidade feminina” e reconhece que as (diferentes) identidades são construídas por meio de processos complexos e plurais, portanto, em constante transformação.

Nessa direção, tendemos a concordar com Macêdo (2008) que afirma que se o sujeito do feminismo ocupa outras “fronteiras políticas”, é mister buscar entender como esse “novo sujeito” posiciona-se enquanto sujeito cognoscente, em outras palavras, como o sujeito



responde às questões que [orientam] esta reflexão: quem pode falar? Onde? Como? Por que e para quê?

Isso nos ajudou a perceber e entender por quais razões algumas mulheres são marginalizadas e discriminadas, enquanto outras (poucas) beneficiam de posições de privilégios. Essa perspectiva interseccional nos permite também, deixar de pensar (apenas) em termos binários, podendo relacionar entre outros aspectos, gênero e poder, podendo inclusive ir além e ultrapassar a visão das mulheres como um grupo homogêneo, o que torna muitas situações invisíveis e opacas e não permite que sejam tratadas adequadamente, já que apenas são problemas próprios de determinados grupos de mulheres como aborda Branco (2008) em suas análises.

Interagindo tais experiências em nossas pesquisas, no Brasil, (assim como em outras partes do mundo) a questão das mulheres, enquanto a igualdade de direitos ainda não foi resolvida. Mas a busca por essa igualdade revela desigualdades exorbitantes, quando se trata da própria designação do que é ser mulher (branca, negra, indígena, pobre, sulista, nortista, etc.), além dessas diferenciações influenciarem também, a composição de classe no país. Que por sua vez, também determina as condições de vida de mulheres residentes no urbano e no rural, sobretudo no campo, onde a questão agrária é, ainda, uma ferida aberta e pujante.

Finalizando essa etapa do debate, trago as contribuições de Angela Davis. Não só centradas na histórica participação no Movimento Negro e de Mulheres Negras nos Estados Unidos, mas sobretudo, pela potente contribuição político-filosófica com quem tem tratado essa transição dos debates de gênero para a densidade dos debates feministas na América Latina. A clarividência da importância em compilar a teoria com a prática, produzindo a “dolorosa” práxis é um dos artefatos que Davis diz ser a potente transição de um feminismo como movimento para o feminismo como forma de também pensar o mundo e concatenar mulheres e ciência. Mulheres e mundo.

Angela Davis esteve recentemente no Brasil, nas articulações do “Julho das Pretas – 2017”, organizado por vários movimentos de Mulheres Negras na Bahia em sintonia com as universidades federais da Bahia e do Recôncavo Baiano. Davis traz um debate novo? Não, mas traz um debate necessário!



No início de sua fala na Conferência de Encerramento do encontro de formação, ela diz: “Quando mulheres de diferentes contextos sociais, corpos e significados se reúnem para nomear o Feminismo com várias dezenas de palavras, o desafio se torna aprendizado e um exercício do que há de melhor na coletividade”. Tal premissa advém das práxis protagonizadas por inúmeras mulheres que travam uma briga gigantesca contra, não só o machismo, mas aquilo que assegura suas práticas e as normalizam como sociais – o Patriarcado.

O Machismo em si, não sobreviveria sem as bases patriarcais que regem as diversas sociedades. Assim, como não sobreviveria também, as dimensões da divisão de classes sociais e classes subalternas e o racismo estrutural e institucional que ora vela, ora expõe os ranços sociais.

Não só a conferencista nos interpela, mas as mulheres pretas brasileiras alavancam o protagonismo feminista. Em julho, visando ampliar o debate e, também a visibilidade das lutas sociais travadas pelas Mulheres Negras no Brasil e, especialmente, na Bahia – o estado com maior índice de população negra do país, o “Julho das Pretas 2017” trouxe a Pantera Negra norte americana Angela Davis. Intelectual, ativista, escritora e, um dos grandes nomes dos Feminismo Negro nos Estados Unidos. Davis propôs reflexões importantes para o feminismo brasileiro, a saber:

i) Fim do encarceramento em massa e a reflexão sobre a “indústria carcerária. Duas dimensões diferentes da opressão, genocídio e etnocídio da população negra no mundo, e no Brasil com agravantes da composição social, majoritariamente, masculina.

ii) O que nos obriga a entender a composição social dos presídios no Brasil. Há poucas pesquisas, e as poucas que existem e resistem são censuradas;

iii) Propõe um feminismo Abolicionista – um conceito denso, entendendo que no Brasil não há leis específicas para crimes hediondos, estupros e mesmo o feminicídio como não consenso entre os espaços e meios jurídicos e midiáticos;

iv) Davis enfatiza que precisamos rever a Geografia da Razão no Brasil, uma vez que a América Latina já iniciou há muito tempo o deslocamento de suas análises da antiga geografia da razão eurocêntrica e estadunidense;



v) Essa premissa supracitada auxiliou no entendimento da saturação das justificativas e efeitos do racismo e suas dimensões socioeconômicas e socioculturais na América Latina, premissa essa que a ciência brasileira refuta;

vi) O Movimento de Mulheres Negras é o Movimento social mais importante no Brasil hoje. O vigor das forças conservadoras que tendem a um avanço com o impeachment da primeira mulher eleita ao cargo de presidência no Brasil, a que politicamente ratifico como Golpe de Estado. Para Davis, após a queda de Dilma pelo Golpe, a única movimentação política efetiva foi a das mulheres em seus movimentos. O que deu esperanças as mulheres nos EUA pós eleição de Trump.

vii) Antes mesmo de se pensar uma perspectiva interseccional no feminismo mundial, no Brasil Lélia Gonzalez já pensava interseccionalidade e conexões. Talvez por isso, o Feminismo Negro e/ou Movimento de Mulheres Negras no Brasil é, potencialmente, um Movimento com projeções importantes e inovadoras, inclusive, à frente de algumas discussões realizada nos EUA;

viii) É preciso evidenciar a relação simbiótica da violência doméstica e íntima com a violência estatal e institucional; Isso nos leva a pensar na seguinte premissa, o chamado feminista para se pensar novas formas de justiça descolonizadas da retribuição vingativa.

Por fim e, igualmente, importante Angela Davis sugere que temos que ouvir as jovens feministas, sobretudo, as jovens feministas Negras. “Elas têm sido o fronte!” Não há outra leitura possível e diferente do que a de Davis. Precisamos de um feminismo abolicionista e hoje também é importante ser “anti-proibicionista”. O feminismo negro e indígena latino-americano e caribenho também podem se configurar nos movimentos mais importantes para a libertação integral dos nossos continentes. É preciso acreditar nisso, apesar da postura vanguardista dos movimentos de pura acepção classista, o debate está se especializando e chegando a quem deve tocar.

### **Por falar em quem devemos tocar...**

Todo esse debate empreendido aqui, indo e vindo nas conceituações e concepções de Gênero e Feminismos, foi necessário para justificar e pontuar a aproximação e os envolvimento das pesquisas empreendidas por mim, estas por sua vez, desafiam



também, a própria perspectiva adotada, desenvolvida e amplamente interrogada. Desde 2002 essas pesquisas estão situadas no campo, ou no rural brasileiro, como preferem alguns. Adoto o conceito de campo, pois acredito no campesinato, como principal relação social do campo e as camponesas e camponeses como sujeitos sociais de profundas resistências.

Há, portanto, análises dos comportamentos, ações, organizações/articulações e movimentos dos sujeitos mulheres na luta pela terra, pela reforma agrária, cuja presença feminina (e feminista) tem sido uma constante. Essa presença está em todos os setores e dimensões, ao ponto de elas mesmas, deliberarem se querem ou não, estar em outros movimentos (com a bandeira da luta pela terra), mas estão protagonizando sucessivas tentativas de articular um movimento próprio das mulheres camponesas/rurais.

Isto é, não se trata mais das mulheres estando a frente ou no íterim das tomadas de decisões dos movimentos sociais emblemáticos e especializados no Brasil, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST e o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, mas sim, delas constituírem seus próprios movimentos ou da disposição de estarem ou não nesses.

Neste aspecto, entendo uma intersecção entre classe e gênero na construção dos sujeitos sociais que compõem a luta diária pela terra. A classe que detém os meios e modos de produção com plena predominância masculina é interseccional, exatamente por discriminar e excluir todas as pessoas que, não sendo socialmente masculinas, não tem visibilidade, reconhecimento e espaços, não podem participar dos lugares das tomadas de decisões.

A composição social dos lugares na luta pela terra também, tem relação interseccional étnico-racial. As espacialidades revelam que a pobreza tem lugar e cor predefinidos. No campo, a herança de um país de latifúndios, fez do escravo alforriado, um herdeiro do trabalho explorado, quando posseiro ou camponês, a submissão aos ditames de coronéis, latifundiários, grandes proprietários de terras e capitalista rural, não restando outra saída senão vender sua força de trabalho, tornando se refém da mão de obra barata e explorada ou, assumindo sua condição de sem terra.

As pessoas pobres do campo, sobretudo, do campo que compreende a extensão do Cerrado que vai ao encontro com a Amazônia Brasileira, estão situadas (ou sitiadas) no

contraste do avanço da Fronteira Agrícola com o aprofundamento das mazelas sociais, gerando novos e agregando forças aos, já existentes, conflitos agrários.

A pobreza e o descaso se intensificam à medida que se aproxima da Amazônia Social. Ou, como bem coloca o professor José de Souza Martins (1989), o Brasil Profundo. Aqui, tomamos por crivo desse Brasil Profundo, a Região do Bico do Papagaio (Figura 01), no extremo Norte do Estado do Tocantins, fronteira com os Estados do Pará e Maranhão, formando a área de conflito que também compreendemos como Região Tocantina.

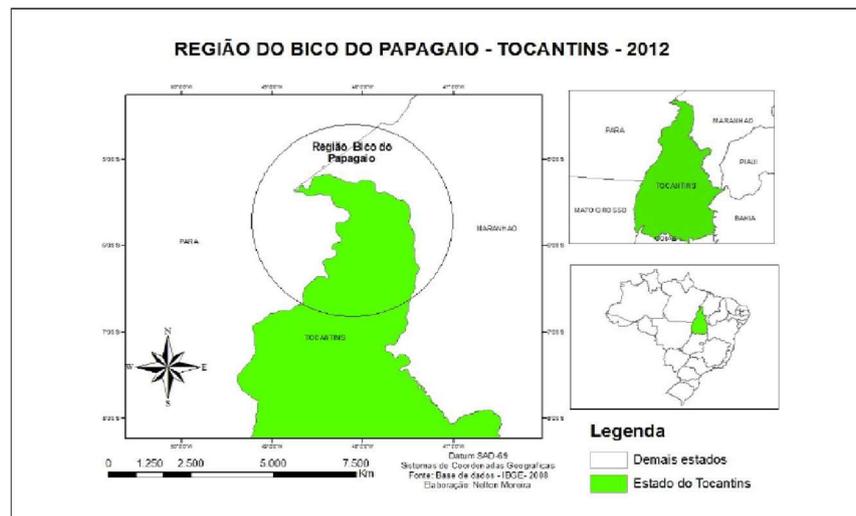


Figura 1 Região do Bico do Papagaio/Região Tocantina. Fonte: IBGE, 2016. Org: Autora (Santos)



No Estado do Tocantins, os conflitos sociais em torno da questão agrária, pela terra, pela água e pela floresta (inclusive os babaçuais), deram-se principalmente, na região do Bico do Papagaio, marcada por confrontos entre fazendeiros e camponeses (em sua maioria posseiros) pelo controle da terra e dos recursos naturais, durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, acentuada com a morte do Padre Josimo em 1986, um religioso católico que atuava na região como missionário e formador político, cujo assassinato teve repercussão a nível internacional através dos meios de comunicação.

Trouxemos aqui Padre Josimo, como um ponto de inflexão nos estudos de gênero e feminismos, ou daquilo que as epistemologias feministas ainda não conseguem abarcar. Daí a justificativa de uma revisão epistemológica neste artigo.

A partir da violência de modo geral, é comum aparecer pessoas que, em nome da justiça ou de uma realidade mais justa, haja com enfrentamento dessas situações. Nomes como os de Padre Josimo Tavares, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Tomás Balduino que estão ligados às questões da terra e as missões da Igreja. São considerados grandes homens.

Homens!

No entanto, a luta pela terra na região “do Bico”, jamais poderia ter sido uma luta solitária, dada a magnitude dos conflitos e da imensa área preenchida pela pobreza extrema. Josimo era intrinsecamente aquela região. Migrante, pobre, preto. Filho de uma mãe que fora abandonada ainda na gestação do filho único. Tinha sede de estudo, franzino e debilitado pela escassez, viu no seminário e celibato, a oportunidade de combater as duas principais dores que lhe acometia. A fome e a falta de estudos.

Padre Josimo Tavares era um indivíduo em quase tudo semelhante ao conjunto de indivíduos constituintes da realidade posseira na Região Tocantina. Foi um filho da migração (Figura 2) e filho de posseira. O posseiro, aquele que quase sempre é um migrante, cujo móbil é a terra para o trabalho permanente. A terra, a expulsão da terra, a migração, a terra novamente e a nova expulsão, essa é a realidade que além de produzir violência física repercute também, de forma violenta, na configuração esfacelada das famílias impactadas por esse processo desestruturante (SILVA, 2009).

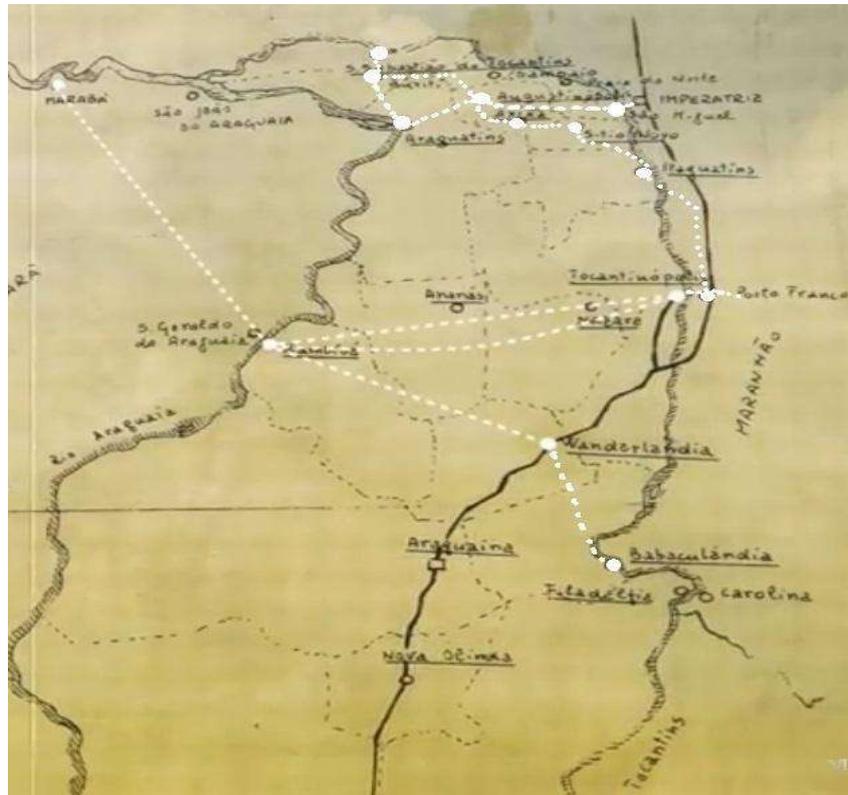


Figura 2 - Trajetos e espacialidades da atuação de Padre Josimo – Migração. Fonte: CPT. Adaptação: A autora (SANTOS, 2017).

O latifúndio, essa relação perversa sobre terra, tem como protagonista social, o homem, que intersecciona com a branquitude, a riqueza e a elite política e econômica, ou seja, o individual universal, detentor dos privilégios sociais. A figura de Padre Josimo Tavares rompe com esse padrão. Uma vez que, “pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco/heterossexual/civilizado/do Primeiro Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência” (RAGO, 1998, p. 04).

Foi assim que Josimo se viu incluindo em outra dimensão social dessa mesma realidade. Não só da pobreza e do descaso. Mas de outras escalas, bem mais profundas, dentro da opressão de classe e do latifúndio – a das mulheres abandonadas e dos filhos órfãos, cuja vida torna-se quase insuportável nessa região.

As mulheres da Região Bico foram companhia solidária para o homem Josimo, sobretudo, pela identidade deste (padre), sempre acossado por seus inimigos externos (latifundiários) e por seus críticos internos (a própria igreja). Na luta pela terra, senão em



todo o Araguaia-Tocantins, pelo menos no Bico do Papagaio, as mulheres tiveram um papel muito importante, tanto no que diz respeito à organização e resistência, quanto na presença solidária e, no engajamento junto ao padre no seu trabalho de mediação.

Josimo em suas formações políticas dizia que “as mulheres que sofrem, não sofrem apenas pelos dores dos filhos, sofrem porque elas próprias, pensadas no seu papel ativo, embora ainda numa sociedade fechada, lutam e sofrem”. Sofrem, indevidamente, apenas por serem mulheres. Sendo assim, embora a luta maior fosse pela dignidade na terra, essa luta era travada, em companhia principal das mulheres e crianças. Com o aval dos companheiros destas (afinal, não havia espaço de desconfiança por ser um padre) e com a possibilidade de formação educacional e política. Várias mulheres foram alfabetizadas por Josimo Tavares. Algumas se tornaram líderes em seus espaços sociais (assentamentos, municípios, movimentos).

Ressaltando – o homem, preto e pobre que influenciava as formações políticas de homens e mulheres dentro dos movimentos sociais no Tocantins, indo além, influenciando movimentos autônomos de mulheres, independentemente de sua “condição de gênero”, que socialmente, atrela as condições dessas mulheres na sociedade e também nos movimentos sociais, foi o mesmo homem, que fazia formação política em missas, missões, quermesses e novenas. Que evitou alguns estupros (tão cotidianos e tão naturalizados dada a impotência corporal e armada das mulheres).

Ensinou mulheres alguns preceitos de autodefesa (caso tivessem alguma possibilidade de fuga). Ensinou algumas iniciações de natação, camuflagem na mata, caminhadas silenciosas, deslocamentos noturnos e/ou na escuridão. Convenceu alguns posseiros a ampliar os espaços sociais das mulheres, quase sempre reduzidos a casa e a igreja, passando pelas quermesses, babaçuais, coletivos e grupos de mulheres.

Em 10 de maio de 1986, na cidade de Imperatriz – Maranhão, calaram o Padre. Uma morte fria e emblemática. Um tiro nas costas e pelas costas, nas escadas do prédio da Mitra Diocesana. Foi brutalmente assassinado em um domingo, o segundo do mês, ao qual se celebra o dia das mães. Uma morte anunciada e não impedida.

Entretanto, sua luta está sendo difundida e se amplia cada vez mais. A teologia defendida por ele continuou. Os processos de formação política se intensificaram. As



mulheres se organizaram na dor, mas também na necessidade de continuidade. As várias mulheres formadas por Josimo, estão a espacializar suas lutas. A Romaria pela terra e pela água Padre Josimo reúne, anualmente, camponesas e camponeses de toda Região do Bico. As quermesses articulam as mulheres.

Mulheres como Cícera Soares, embreou-se no campo da política institucional, como assessora política e vereadora. Lurdes de Góí, a companheira Irmã Lurdinha, inseparável do Padre, deslocou-se, foi para Porto Nacional, onde associou a Organização Não Governamental Comunidade de saúde, Desenvolvimento e Educação (ONG COMSAÚDE) e em seguida para Palmas, hoje atua como professora universitária e Dona Raimunda Quebradeira de Coco Babaçu, tornou uma líder não só das quebradeiras de coco babaçu, mas das mulheres pobres de áreas remotas do Tocantins.

Embora as trajetórias de outras mulheres camponesas sejam referenciadas para encorajar a luta pela terra através dessas mulheres –tais como as de Margarida Alves, Maria do Fetal, Dona Raimunda Quebradeira de Coco – os movimentos sociais, as articulações locais, têm grande influência a partir dos trabalhos de base realizados por Padre Josimo, bem como das pessoas que lutaram junto a ele (grande parte mulheres).

É a partir dos trabalhos de base, da luta e da morte emblemática de Padre Josimo que os movimentos sociais no Tocantins organizam (e intensificam) suas lutas contra o latifúndio e as políticas que auxiliam os grandes empresários rurais. Ou seja, mesmo os movimentos sociais cuja territorialização é de escala nacional, ao configurarem suas lutas no Tocantins, tem como ponto de partida para o trabalho de base e formação política, as lutas e as referências de Padre Josimo Tavares.

Isso acontece, peculiarmente, nos Movimentos de Mulheres, do campo, da floresta e pela água na Região Tocantina. Movimentos de Mulheres, protagonizados por mulheres com uma identificação política a partir do trabalho de base realizado por um homem (Josimo). Essa é a faceta que os estudos de gênero correm o risco de não abarcar. Isso porque, de alguma forma, esses estudos estiveram focados na figura da mulher e, posteriormente, das mulheres. Confrontando a lógica do saber universal produzido por e para os homens.

Aqui, apontamos a inflexão supracitada. É possível que um homem possa ser uma parte importante da orientação da luta de algum movimento de mulheres? As



perspectivas feministas reconhecem essa nuance? A dimensão social da luta pela terra interseccionada com a luta básica por existir, enquanto ser mulher, pode explicar essa característica nos movimentos de mulheres?

Do ponto de vista epistemológico, ainda não. Isso porque as epistemologias (ainda), não se desvencilharam de um “norte” ao norte, masculino e universal. Os estudos de gênero ainda trazem as mulheres como o sujeito protagonista, porém gênero é a relação social entre sujeitos e não sobre mulheres, o que dificulta fazermos essa análise a partir da inversão das relações (opressor/oprimido), ou das anomalias que a questão agrária brasileira produz.

Contudo, as perspectivas interseccionais podem dar alguns elementos para edificar tais análises, pois são elas que vão evidenciar, quais as dimensões marcam os sujeitos sociais e quais serão os atributos que irão defini-lo enquanto oprimido/opressor. Padre Josimo enquanto homem, poderia reunir um conjunto de situações privilegiadas, porém, ao “optar” pelo celibato para fugir da fome e da ignorância, a princípio e, para seguir sua vocação religiosa e política posteriormente, nos faz ter que repensar que só as condições de gênero em si, não são suficientes para delinear a trajetória de uma pessoa, ou um grupo social.

No caso brasileiro, a cor vai estabelecer lugares sociais, principalmente, depois da herança racial carrasca e duradoura da escravidão negra. Ou da condição em que o latifúndio se fortalece, elencando não apenas uma luta de classes, mas a configuração de classes subalternas, dentre essas classes, estão a camponesa e grupo social mulheres.

Padre Josimo se aproxima de um grupo massacrado (mulheres) dentro de um outro massacre maior (luta pela terra). Seu corpo (negro) migra dentro de espaços esquecidos e subalternizados (Região Tocantina). Sua formação política e social dialoga com a utopia de transformar a terra em espaços de esperanças. O que lhe resta, é o mesmo que resta as mulheres nos dias de hoje, resistir.

Como ficam as análises de uma cientista social feminista sobre um homem que influencia diretamente grupos e movimentos de mulheres?

Talvez aí, os envolvimento com as perspectivas pós e de-coloniais venham nos preparando para enfrentar nossas estruturas metodológicas e epistemológicas. Que é chegada a hora de entender que a teoria não desenha a realidade. Que não há solução para as



contradições nessas teorias, e que a(s) epistemologia(s), precisam estar cientes e sensibilizadas a construção dos debates de acordo o confronto com a(s) realidade(s).

Sim, Padre Josimo é um referencial da luta pela terra protagonizadas por mulheres. Sim, um movimento de mulheres do campo e da floresta se fortalece a partir da luta e simbologia de um homem, que é preto, que é pobre, que é migrante, que é nortista, que é assassinado brutalmente. A única dimensão que não encontra semelhança de Josimo com as mulheres é o gênero. Mas até essa, é substituída pela intersecção religiosa. Intersecção essa, que propicia as mulheres recontar a história de Padre Josimo de diferentes formas.

Poesias, poemas, músicas, contos, causos. Formação política. Quermesses. Novenas. Romarias. Acampamentos. A história de Josimo é desenhada e ressuscitada todos os anos. Desde as pinturas na igreja, onde seu corpo descansa, até as rendas e bordados tecidos para contar suas histórias. Tecidos vermelhos. Rendas brancas. Mulheres bordando, homens lutando. Mulheres lutando, homens bordando. É assim, a vida na Região do Bico.

Sim, Josimo vive!

Se ele vive, as mulheres resistem. E é urgente uma epistemologia que compreenda essas formas de resistências. É urgente que se aprenda a aprender. Que (des)envolva outros envolvimento. Josimo ensinou. As mulheres estão ensinando.

Não é só urgente uma epistemologia feminista, ela precisa ser interseccional e popular. Ela precisa ser traduzida na caminhada do chão da noite.

## Referências

BRANCO, Patrícia. **Do Gênero à Interseccionalidade**: Considerações sobre mulheres, hoje e em contexto europeu. Centro de Estudos Sociais (Laboratório Associado), Universidade de Coimbra – Portugal, 2008.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. Madrid: Morata, 1991.

MACÊDO, Márcia S. **Na trama das interseccionalidades**: mulheres chefes de família em Salvador. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.



MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**. Editora Bertrand do Brasil, Rio de Janeiro – RJ, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**. A Degradação do outro nos Confins do Humano. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. **Caminhada no Chão da Noite**. A Emancipação Política e Libertação nos Movimentos Sociais do Campo, São Paulo, 1989.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Metodologias feministas e estudos de gênero**: articulando pesquisa, clínica e política. In: Psicologia em Estudo, set/dez vol. 11, nº. 3, p. 647-654, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Geograficidade do Social**. In: SEOANE, José (Org.) Movimientos sociales y conflicto en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, n. 11, Campinas – SP, 1998.

SADER, Regina. **Espaço e luta no Bico do Papagaio**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1987.

SANTOS, Gleys Ially Ramos. **Mulheres em movimento**: Os limites do espaço e do gênero em face do movimento de mulheres trabalhadoras rurais. Tese de Doutorado: IESA/UFG, Goiânia – GO, 2013.

SILVA, Moisés Pereira. **Josimo, sua produção poética e o seu engajamento**: considerações sobre um intelectual da terra. In: XXV Simpósio Nacional de História: História e Ética, 2009, Fortaleza - CE. Temas & Matizes (Online), Vol. I, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003.